



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

**CONVÊNIO GSSP/ATP- 162/18**

Convênio que entre si celebram o ESTADO DE SÃO PAULO, por meio da Secretaria da Segurança Pública e do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, e o MUNICÍPIO DE **SÃO BENTO DO SAPUCAÍ** objetivando disciplinar as atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Aos 22 dias do mês de *Junho* de 2018, o Estado de São Paulo, doravante designado ESTADO, por meio da Secretaria da Segurança Pública, neste ato representada pelo Titular da Pasta, **Dr. MÁGINO ALVES BARBOSA FILHO**, e do DETRAN, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**, nos termos do Decreto 59.215, de 21 de maio de 2013 e da Lei Complementar nº 1.195, de 17 de janeiro de 2013, e o Município de **SÃO BENTO DO SAPUCAÍ**, representado pelo Prefeito Municipal, **RONALDO RIVELINO VENÂNCIO**, doravante designado MUNICÍPIO, com base nos ditames constitucionais e legais vigentes, e no artigo 25 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, por esta e na melhor forma de direito, celebram o presente Convênio, na conformidade com as cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **Do Objeto**

Este convênio tem por objeto a delegação ao ESTADO para o exercício das competências que a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, atribuiu ao MUNICÍPIO.

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **Das Competências Delegadas**

Para a execução deste ajuste o MUNICÍPIO delega ao ESTADO o exercício das atribuições a seguir discriminadas, constantes do artigo 24 do Código de Trânsito Brasileiro:

I - operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

*mj*
*py.*



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

**II - operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;**

**III - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;**

**IV - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada prevista neste Código, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;**

**V - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;**

**VI - fiscalizar o cumprimento da norma contida no artigo 95, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;**

**VII - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;**

**VIII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;**

**IX - planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;**

**X - registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;**

**XI - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;**

**XII - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### **Do Exercício das Competências**

Ao ESTADO, além das atribuições delegadas, caberá exercer as demais competências próprias como previsto na legislação de trânsito, inclusive aplicar a pena de multa de trânsito e proceder à sua arrecadação.

mV

PPC.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

### **CLÁUSULA QUARTA**

#### **Dos Recursos Humanos e Materiais**

Os recursos humanos e materiais a serem disponibilizados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e pelo Departamento Estadual de Trânsito DETRAN, durante a vigência deste convênio, serão unicamente aqueles já em disponibilidade no MUNICÍPIO conveniente, na data da assinatura deste instrumento.

**Parágrafo único** - Visando ao maior aproveitamento dos recursos humanos e materiais alocados pelo ESTADO, o MUNICÍPIO, quando solicitado, colocará à disposição dos Órgãos envolvidos servidores para prestação de serviços administrativos e recursos necessários ao bom desempenho dos serviços e execução deste Convênio.

### **CLÁUSULA QUINTA**

#### **Das Áreas de Colidência e da Colaboração Mútua**

Os órgãos de trânsito do ESTADO, através do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e suas Circunscrições Regionais de Trânsito - CIRETRANS, bem como o do MUNICÍPIO, deverão eliminar áreas de colidência em suas atividades, colaborando para o aperfeiçoamento das mesmas, a fim de implementar uma integração operacional, visando a arrecadação dos débitos originários de multas por ocasião do licenciamento dos veículos, registrados em quaisquer municípios do Estado de São Paulo, bem como para proporcionar o pronto acesso aos cadastros de veículos, condutores e multas, sempre que necessário.

### **CLÁUSULA SEXTA**

#### **Do Valor**

O presente convênio é celebrado sem qualquer ônus para o ESTADO, que se obriga, por meio da Polícia Militar do Estado de São Paulo e do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, a disponibilizar e utilizar apenas e tão-somente os recursos humanos e materiais nesta data existentes no MUNICÍPIO, a fim de evitar que as atividades operacionais sofram solução de continuidade, em face da vigência do Código de Trânsito Brasileiro, até a celebração de novo e mais abrangente convênio.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

**CLÁUSULA SÉTIMA****Da Vigência, da Rescisão e da Denúncia**

O presente convênio vigorará por 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura.

**Parágrafo único** - Este convênio, além da expiração natural de sua vigência, poderá ser rescindido por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas, ou denunciado, por desinteresse unilateral ou consensual, mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA OITAVA****Da Revisão e do Aditamento**

Havendo legislação superveniente, este convênio poderá ser revisado ou aditado, mediante solicitação dos partícipes.

**CLÁUSULA NONA****Disposições Comuns**

As dúvidas que eventualmente surgirem na execução do presente convênio, assim como as divergências e casos omissos, serão dirimidos por via de entendimento entre os partícipes, ouvidos os órgãos envolvidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA****Da Gratificação**

Poderá ser atribuído pelo MUNICÍPIO, aos militares do Estado disponibilizados para o exercício das atividades desenvolvidas no âmbito do Sistema Nacional de Trânsito, o pagamento de gratificação mensal, a título de pró-labore, nos termos de Lei Municipal autorizadora.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA****Do Foro**

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir as questões decorrentes da execução deste convênio, que não forem resolvidas na forma prevista na Cláusula Nona.

E, por estarem certos e ajustados, foi lavrado este instrumento em 3 vias originais, digitadas apenas no anverso, assinada a última folha e rubricadas as anteriores, ficando 2 vias com o ESTADO e a outra com o MUNICÍPIO, tudo na presença de duas testemunhas abaixo, para que surtam todos os efeitos legais.

MÁGINO ALVES BARBOSA FILHO

Secretário da Segurança Pública

MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA

Diretor Presidente do DETRAN

RONALDO RIVELINO VENÂNCIO

Prefeito Municipal

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Ana Lúcia Rasti  
RG: RG: 12.117.574-1  
CPF: CPF: 142.976.928-99

Nome: Rosangela Apº Poleone da Silva  
RG: RG: 19.896.749-4  
CPF: CPF: 091.713.918-60

Extratado em: 25/106/18
Publicado em: 26/106/18
Retificado em: 1/1

## Desenvolvimento Social

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**Despacho do Secretário, de 25-06-2018**

Expediente: Processo SEDS 873/2018

Interessado: Departamento de Comunicação Institucional

Assunto: Termo de assinatura Jornal "O Estado de S. Paulo" - Versão Digital.

"Nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, RATIFICO o ato da Chefe de Gabinete, declarando a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos autos do Processo SEDS 873/2018, que trata da renovação da assinatura Jornal "O Estado de S. Paulo" - Versão Digital.

#### COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL

##### DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO VALE DO PARAÍBA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Extracto de Termo de Convênio

Processo SEDS 1232/2013 Decreto 52.872 de 04-04-2008.

Conveniente: Secretaria de Desenvolvimento Social

Conveniada: Sociedade de Obras Religiosas de Monteiro Lobato

Objetivo: 3º Termo de Aditamento ao Convênio original, celebrado aos 21-12-2015, para prorrogação do prazo de vigência.

O convênio original, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias contados de 18-06-2018 até 14-12-2018.

Data de assinatura: 20-06-2018

##### DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE FRANCA

###### Núcleo de Convênios

Termo Encerramento

Processo SEDS 3297/2011. Conveniente: Secretaria de Desenvolvimento Social. Conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - Olírandia. Término de Encerramento do convênio cujo objeto foi repasse de recursos financeiros para obras de reformas do prédio da APAE. Data de assinatura: 20-06-2018.

##### DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE FERNANDÓPOLIS

Extracto de Termo de Encerramento

Processo SEDS 404/2014

Conveniente: Secretaria de Desenvolvimento Social

Conveniada: Lar São Vicente de Paulo - Município de Jales

Objeto: Recursos Financeiros para Aquisição

Assunto: Término de Encerramento

As partes concedem mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes desse convênio, devido ao cumprimento do objeto conveniado, atestado pelo Órgão Competente.

Data de Assinatura: 20-06-2018

## Emprego e Relações do Trabalho

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

##### CENTRO DE FINANÇAS

###### Comunicado

Solicitamos os pagamentos abaixo relacionados, referente às despesas com: Diárias, Utilidade Pública, ISS e Contratos. Na excepcionalidade da ocorrência da data de vencimento cronológico, fica autorizado os presentes pagamentos nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8666/93.

Centro de Finanças

PDS a serem pagas

230001

Data: 25/06/2018

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
230101	2018PD00332	555,12
230101	2018PD00336	2032,52
230101	2018PD00337	6.538,55
230101	2018PD00338	17.396,81
230101	2018PD00339	4.086,60
230101	2018PD00340	1.090,19
230101	2018PD00342	12.596,94
<b>TOTAL</b>		<b>62.616,21</b>